

DA AFIRMAÇÃO DO *PODER* NALGUNS TEXTOS DA EXPANSÃO PORTUGUESA DO SÉCULO XVI

A escrita e sua difusão como processo de legitimação

ANA PAULA AVELAR

O discurso histórico, e nomeadamente o cronístico, assume-se no século XVI como herdeiro da função atribuída à História, e à sua narrativa na Antiguidade Greco-Latina. Para tal basta recordar a ideia recorrente ao tempo da necessidade de elaboração de uma História de Portugal que passaria não só pela escrita das crónicas régias, mas também pela descrição dos feitos portugueses fora do espaço europeu, através da elaboração de textos autónomos.

A afirmação que serviria de ponto de partida era a de que o reconhecimento da grandeza dos Antigos tinha sempre passado pela escrita da sua História. Esta funcionaria como legitimadora do passado, e garante da memória. Afirmá-lo-ão os cronistas da Expansão quinhentista como o tinham feito os de Quatrocentos, os poetas do Cancioneiro, os mestres dos círculos académicos de Coimbra, e tantos e tantos outros. Contudo, e apesar deste desejo comum, a indiferença é uma constante. Como Garcia de Resende escreveu: "E pois muytos gostam de ver/livros, fabulas antiguas, / a que por auctoridade/ dos Escritores dam fe,/ muyto mais devem folgar/de ler estas, que tam certo/ todos sabem, e alguns vivão,/e esquecidas estavão:/mas a natureza he tal,/que poucos querem ouvir,/nem aprender, nem saber/cousas certas, nem verdades;(...)"¹.

O queixume de Resende corresponde a um sentir mais geral que reforça a necessária função pedagógico-didáctica do discurso histórico, a qual serve a educação do príncipe, concorrendo para a construção da sua imagem e essencialmente para a formulação das normas do seu exercício do poder. Estas traduzem uma verdadeira necessidade

política. São de frei António da Beja, autor de uma *Breve Doutrina e Ensinança dos Principes*, as palavras: "Que cousa, Principe excellente, mais deve amar e ler todo rey christão, que as cronicas e feytos dos reys escolhidos per Deos(...)". A *Historia* evoca o exemplo, e assim: "(...) os feitos dos feos e maaos avorrea, e ho gracioso gesto, parecer e obras dos virtuosos e boos, ame e sigua."³ A História fornece os elementos que reforçam o discurso legitimador do príncipe, e serve como instrumento aúlico. Citemos somente os cronistas da Expansão: João de Barros logo no Prólogo da sua *Primeira Década da Asia* evoca a leitura que fez ao monarca do que seria o seu esboço da sua futura *História dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Esta seria, segundo o cronista, agradavelmente recebida pelo monarca, o qual desejava "(...) estas cousas das partes do Oriente serem postas em escritura (...)"⁴, recebendo mesmo a promessa de protecção régia.

Por seu turno, Fernão Lopes de Castanheda oferece o seu primeiro livro da *Historia do Descobrimento e Conquista da India pelos Portugueses* a D. João III numa altura em que este visita a Universidade de Coimbra, sendo-lhe concedida autorização para, sob os auspícios joaninos, imprimir os restantes livros. Porém, não são só os cronistas que assistem à concretização dos seus propósitos de edição, aqueles que demarcam esta função. Gaspar Correia fá-lo igualmente afirmando o seu desejo de: "(...) escrever e memorar as cousas da India, com me parecer que em outro tempo parecerão bem a quem as ouvir."⁵ Este cronista distingue as suas crónicas régias das suas *Lendas* ainda que ambas se encontrem intimamente relacionadas "(...) pois na grande Chronica do Excellentissimo Rey Dom Manuel, que a India mandou descubrir, e do esclarecido Principe João nosso Senhor, successor em sua gloria, em tanta perfeição serão recontadas, e escritas em tanta perfeição. Do que a mi somente fica ser escritor testemunha de vista, e o do Chronista do Reino he de ouvida."⁶ É igualmente neste propósito que se inscreve o facto de as suas crónicas régias funcionarem como esboço preparatório do narrar os feitos dos portugueses no Oriente. O percurso biográfico régio surge enquadrado no fluir dos vários acontecimentos que tiveram lugar em tais paragens.

Esta será, com efeito, uma estratégia discursiva inversa à do modelo convencional da crónica régia. Basta para tanto pensar na do *Felicissimo Rei D. Manuel* de Damião de Góis ou na de D. João III de Francisco de Andrada. Isto, apesar de a crónica joanina seguir de perto o texto de Gaspar Correia, das suas *Lendas* ou *Coronica da India*. É certo que Francisco de Andrada cita explicitamente Gaspar Correia. No entanto, a amplitude da sua consulta ultrapassa largamente os limites de obra de referência, assistindo-se a uma escrita em tudo similar ao modelo narrativo adoptado no qual o cruzamento de informações não é efectuado de um modo mais ou menos constante.

Sabemos que a apropriação de outros escritos funciona neste século como inscrição mimética num modelo, ou atribuição de validade do discurso, visto a fonte ser a de alguém que permaneceu largo tempo no Oriente e que por isso, para além do seu testemunho pessoal, teria tido acesso a todo um outro manancial de informações. Aliás, o próprio Francisco de Andrada na sua dedicatória ao rei D. Filipe, explicita as possíveis críticas a que estaria sujeito o seu texto.

Fá-lo nomeadamente no que diz respeito à narrativa dos acontecimentos ocorridos no reino e em África, considerando que desenvolveu toda a possível e necessária diligência, exercitando contudo a sua opinião, pois: "(...) algumas cousas erão tão friuolas & de tão pouca sustancia, que me parecerão impertinêtes para a grandeza & autoridade do sogeito desta historia, & outras me pareceo que erão tão pouco autenticas, que receey porme a risco de serem julgadas por pouco verdadeyras, que he o de que nas materias desta calidade, mais se deue fugir."⁷

Assim, o critério utilizado é devidamente registado. Por um lado, o cronista afirma que só teria utilizado no seu discurso os informes sobre os quais não poderia existir dúvida, visto terem sido comprovados pelos papéis consultados, e, por outro, descreveria os factos históricos que se teriam imposto *per se* e: "(...) merecião ter lugar nãa historia de tanta autoridade."⁸ Autoridade esta lidima, pois a obra fora encomendada pelo monarca e escrita pelo cronista-mor.

Apesar da inversão do processo expositivo, encontramos nestas crónicas régias de Gaspar Correia a descrição de alguns dos plurifacetados mecanismos de afirmação do poder pelo rei, nomeadamente os cerimoniais como os de sagração e de morte, que são uma das vertentes de construção da imagem do monarca. Como Ana Isabel Buescu recorda, subscrevendo a conceptualização de Roger Chartier, entre os séculos XIII e XVII encontramos como manifestação da legitimidade do monarca e de um *poder central em construção*: "(...) três tipos de estratégias distintas mas convergentes: a ordem do discurso, a ordem dos sinais, a ordem das cerimónias."⁹ Ora a própria crónica da Expansão serve a ordem do discurso e de tal modo o faz que se vê muitas vezes alvo de pesadas críticas por parte dos círculos de poder seja o monarca, a nobreza, ou o clero, submetendo-se ao crivo da censura.

Não é de modo algum avulsa a afirmação de Fernão Lopes de Castanheda no Prólogo do seu segundo livro dedicado ao príncipe D. João, no qual salienta quer o necessário conhecimento da história do seu Reino, quer o exemplo que funcionaria como lição e como auxílio da prática do bom governo da *Res publica*. Esta corresponde a uma clara evocação do exemplo clássico, e da eleição afectiva, pois da história dos seus antecessores: "(...) podem tomar a mais necessária doutrina pera boa governança de seus reinos que doutras algumas, por serem daqueles a que naturalmente tem mais afeição que aos outros, assim pelo parentesco, como pela igualdade dos costumes que tem mais necessidade de saber que os estrangeiros pois hão-de ser as regras por onde hão-de governar sua república."¹⁰

Por outro lado, encontramos a inscrição numa genealogia de conduta não só regia mas igualmente dos vassallos, numa nítida exposição de uma aceção corporativa da sociedade, decorrendo a reciprocidade de deveres do princípio de indispensabilidade de todos os órgãos sociais. Assim, segundo Castanheda: "(...) os reis devem muito folgar, que e saberem o que fizeram seus naturais: para que saibam se foram bons, que têm por vassallos a seus filhos que se hão de parecer com seus pais, e que os hão de servir bem: e os animem pera isso, com lhe fazerem merces (que he proprio dos príncipes) o que não fazem muitas vezes por não saberem ho merecimento de seus vassallos, que se ho soubessem lhas fariam, o que polas histórias podem saber mui particularmente."

No discurso histórico espelha se igualmente a ideia de *dominio*, de *conquista* e exercício do mesmo, bem como a sua legitimação. Barradas de Carvalho elaborou uma interessante demonstração de como nas crónicas do século XV ocorre predominantemente a palavra descobrir, enquanto que, no século XVI, se emprega preferencialmente o vocabulo conquista expressão do exercício do *Domínio*⁹.

A narrativa dos factos históricos e a aquisição dessa mesma qualidade revela, deste modo, uma legitimação, não só no espaço interno - em Portugal, nos varios círculos sociais, numa concepção centripeta de poder -, mas também externamente. O discurso histórico, na sua dimensão legitimadora, passa não só pela narrativa de grande fôlego, como as crónicas da Expansão, mas também pela narrativa de carácter pessoal, mormente a que descreve uma determinada expedição; recorde-se Leonardo Nunes com a *Historia Quinhentista do segundo Cerco de Diu*, Miguel de Castanhoso e a sua *Historia das cousas do mui esforçado capitão Dom Christovão da Gama*, a *Breve embaixada que o patriarca Dom João de Bermudes trouxe do Emperador da Etiópia*, escrita pelo próprio, Lopo de Sousa Coutinho e o seu *Livro primeiro do cerco de Diu*, *Os Cercos de Goa e Chaul* de Antonio de Castilho, *Os cercos de Malaca* de Jorge de Lemos, a obra de Joao de Lucena sobre a vida do Padre Francisco de Xavier e do que fizeram na India os nossos religiosos da Companhia de Jesus, os *Comentarios de Afonso de Albuquerque* escritos por seu filho Bras de Albuquerque, ou o *Tratado das Cousas da China* de frei Gaspar da Cruz.

A escrita dos acontecimentos históricos enuncia a função do individuo como actante num determinado espaço, descrevendo os seus traços físicos, psicologicos, comportamentais, e afirmando-o nas diferentes esferas do poder. Deve-se, no entanto, distinguir as narrativas direccionadas para um leitor e/ou ouvinte, pois estas obedecem a formas de escrita diferenciadas que por vezes expõem informações menos depuradas, e próximas de um registo coloquial e oral.

Estamos numa época em que os diferentes textos corriam manuscritos. Exemplo do que referimos é a crónica anónima encontrada no British Museum, à qual foi dado o titulo de *Crónica do Descobrimento e Conquista da India pelos*

Portugueses, ou o *Livro das cousas da Índia* de Duarte Barbosa, escrito por volta de 1516, só impresso em Portugal no século XIX, ou ainda o Livro de Tomé Pires (1512) que só sai em edição portuguesa em 1978. Contudo estas duas obras citadas são logo no século XVI editadas em colectâneas italianas que procuram satisfazer a curiosidade que grassava face à novidade representada pela Expansão. Um estudo que contemple as diferenças entre os propósitos de tradução e os manuscritos que então corriam, está ainda por fazer.

Não é por acaso que, logo no século XV, Luis de Cadamosto escreve sobre as expedições portuguesas, salientando não só a prioridade face ao seu espaço, a cidade de Veneza, mas também a profunda mutação que representava, face à navegação no mar mediterrâneo, a agora navegação Oceânica. Nesta era preciso superar toda uma série de novos obstáculos. São suas as palavras: "Tendo eu, Luis de Cadamosto, sido o primeiro que da nossa cidade de Veneza se resolveu a navegar o mar Oceano para fora do Estreito de Gibraltar, contra as partes do Meio-Dia, - (Oceano), nas terras dos negros da Baixa Etiópia, nem por memória, nem por escrituras, nunca dantes navegado - e, neste meu itinerário, havendo visto muitas coisas novas e dignas de alguma notícia, para que aqueles que de mim vierem a descender possam saber qual tenha sido o meu ânimo (...)”¹³

O perdurar da lembrança geracional e o confronto entre o conhecido no espaço intraeuropeu e o novo espaço oceânico, é um factor que influi nas narrativas históricas da Expansão. A consciência de Cadamosto de que o seu: "(...)procurar diversas coisas em vários lugares (...)”¹⁴ de certo modo exporia a novidade, pois como ele próprio prossegue: "(...) na verdade, o viver e os nossos costumes e lugares, em comparação com as coisas por mim vistas e sabidas, outro mundo aqui se poderiam chamar (...)”¹⁵. Tal situação determinou-o a: "(...) dar alguma notícia disso: pois assim como a memória me há-de servir, assim com a pena tratarei das coisas sobreditas, as quais, se por mim não forem tão ordenadamente postas como a matéria requer, pelo menos, não faltarão de inteira verdade em todas as partes.”¹⁶

Não aparecem somente os escritos dos estrangeiros sobre as expedições em que participaram. As notícias da Índia podem correr logo sob a forma de carta do monarca português às várias casas reinantes muito particularmente à espanhola, ou mesmo sob a forma de composições poéticas, como as de Giuliano Dati.

Já anteriormente existia o costume de reunir textos sobre a expansão portuguesa, mesmo antes da aventura da Índia, ainda que se acentuasse tal procedimento após a primeira viagem de Vasco da Gama. Consideremos, por exemplo, as narrativas de portugueses coligidas desde 1498 por Pietro Vaglianti, junto das quais o autor compila as informações transmitidas pelos embaixadores que se deslocavam à corte portuguesa. Aliás, a própria informação da chegada dos portugueses à Índia atinge a Europa-Veneza, através do Cairo, pela mão dos viandantes que faziam esse circuito comercial.

A cada nova expedição portuguesa que nos primórdios de Quinhentos se efectiva, de imediato aparecem diferentes tipos de relatos que sobre elas se debruçam. A partir do extenso levantamento efectuado por António Banha de Andrade, sobre a *difusão pela Europa de Notícias dos Descobrimientos geográficos Portugueses*, elaborado até ao ano de 1520, ficamos com esta noção. Contudo falta fazer um idêntico estudo para os restantes decênios do séc. XVI.

As formas do discurso são as mais variadas, desde a carta-relatório do funcionário local até à descrição de um combate. No entanto, em certas ocasiões, as formas discursivas podem cruzar-se. Assim, numa missiva que relata as actividades desempenhadas no exercício de uma função, encontramos referências várias a outros níveis. Tal acontece com a carta de 11 de Janeiro de 1506, escrita por Gaspar Pereira – escrivão dos negócios e despachos do vice-rei D. Francisco de Almeida –, na qual ele diariamente assinala os factos por si considerados dignos de registo, nomeadamente as diferentes deambulações pelos lugares do Malabar e alguns dos seus costumes, em particular a intervenção nos conflitos locais, mormente as intervenções militares.¹⁷

Outra forma de veicular as notícias, alargando a sua área de difusão, passaria pelas cartas enviadas aos Papas, que por vezes correm impressas, como é o caso da carta de D. Manuel a Leão X de 6 de Junho de 1513, escrita em língua portuguesa, e: “(...) traduzida em latim e impressa em Roma, a 9 de Agosto, e multiplicada em numerosas edições, pelo menos 24 quinhentistas, na língua de Lácio (Roma, Estrasburgo, Viena de Áustria, Colónia, Basileia, Paris), em italiano, alemão, holandês e francês.”¹⁸ Sofrendo muitas vezes alterações aparecem sob outras formas, isto é através de sùmulas, ou mesmo adaptadas a um novo texto, onde se transcrevem frases que se incluem noutros contextos. Tal teria acontecido a este mesmo opúsculo que surge integrado na *Rerum et Regionum Indicarum: per Serenissimum Emanuele Portugalae Regem partarum: Narratio verissima* redigida por Francisco Chalderia, provavelmente em Roma, no ano de 1514. Banha de Andrade encontra a explicação para esta imbrida redacção na presença do autor em Portugal, onde teria presenciado alguns dos acontecimentos que descreveria.¹⁹

As próprias embaixadas aos Papas enviadas pelos monarcas portugueses traduziam este exercício de um poder. O seu esplendor corria entre as missivas redigidas pelos embaixadores que em Roma as presenciavam. Damião de Góis chegou mesmo a publicar, com pequenas alterações²⁰, na sua *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel* a carta de Alberto de Carpe, que se encontrava em Roma a 22 de Março de 1514, como embaixador do Imperador Maximiliano, o qual lhe endereça uma missiva a 27 de Março do mesmo ano²¹ expondo minuciosamente as várias etapas da nossa embaixada ao Papa chefiada por D. Tristão da Cunha a qual

tinha como missão oferecer a Leão X da parte de D. Manuel as primícias das nossas conquistas da Índia. Alberto de Carpe, ao tentar descrever as vestes oferecidas ao Papa e depois de um exímio exercício de tentativa de transposição visual - ou escrita das mesmas, conclui que não: "(...) direi mais pera cõprehender tũdo en hũa palaura, ha materia era preciosa, mas ha obra ha sobrepujaua com espanto"²²

A formulação do poder e da sua legitimação é conseguida igualmente pelo ocupar de um lugar cimeiro no concerto das nações europeias, não nos deveremos esquecer que um dos assuntos a tratar por Tristão da Cunha era exactamente o promover a formação de uma liga ofensiva e defensiva das potências cristãs contra os turcos. Tal, fica bem patenteado nas próprias palavras deste embaixador, o qual para além de justificar a longa descrição por ventura escrita: "(...) mais largamente, & com mais palauras do que ho has occupações de vossa Magestade poderão sofrer, mas eu ho fiz pera que nada passasse por silencio do pertẽcente à glória deste mui alto Pricipe, parente de vossa Magestade, porque hã estendido, & engrãdecido nossa Religião, com grande gloria atte hos Garamantas, & Indios, & pelo louuor que merece pola largueza, & liberalidade que vsou com ha sancta Sé Apostolica."²³

Torna se, deste modo, claro o motivo da visita deste embaixador aos emissários portugueses, e a razão da sua oferta de: (...) toda a minha ajuda, em nome de vossa Magestade, aho seruico de seu serenissimo Rei, em todo ho ã elles houuessem mister de vossa Magestade, ha qual cousa lhe foi agradauel, & entre outras cousas que dixerã de seu Rei, de nenhũa cousa folgaua tanto quomo de ser cõjunto per linha de parentesco a vossa Magestade."²⁴ Assim, a inscrição geracional do poder legitimado seria reconfirmada pelo cerimonial e pelo espelhar dos sinais de dominio.

Este aspecto estaria ainda presente na carta que Tristão da Cunha enviou ao secretário do reino António Carneiro, onde regista que: "(...) a nossa entrada em Roma segundo todos dizem foy a mais honrrada e a mais rica embaixada que nunca entrou em Roma e com ysto e com os grandes e virtuosos feitos delRey nosso Senhor/ he hoje o mais nomeado príncipe que ha no mundo e o melhor quysto asy do papa como dos cardiaes como de toda a outra jente que parece que espiritou Deos nelles que lhe tenham tanto amor como lhe tem porque ysto nam pode vyr senam de Deos (...)"²⁵ A ordem divina é a legitimadora última e primeira do poder real.

Para além das orações proferidas nas embaixadas ao Papa que por vezes correm impressas, surgem ainda outro tipo de textos. Por outro lado, não é apenas junto do Papa que de imediato se espelha o dominio da Coroa Portuguesa, pois como já assinalámos, os nossos monarcas transmitem tais novidades às casas reinantes europeias. Entre estas novidades destacam-se as expedições militares que se tornam frequentemente o alvo dessas narrativas, sejam estas cartas ou

opúsculos, ou corram elas em latim ou nas linguas nacionais. Estamos, portanto, perante a concepção tucididiana de História. Como sintetizou George Duby, esta concepção: "(...) is supposed to be immobile, eternal, or rather it is likely to be eternal repetition of a single model of change. This model of change is War (...)"²⁶ Deste modo, são as expedições militares que consolidam o poder e que transfiguram o *domínio*.

Os autores de tais escritos socorrem-se, muitas vezes, de cartas remetidas pelos intervenientes nas expedições. Relembre-se relativamente a Nuno da Cunha e à questão de Diu, a utilização de uma carta sua, endereçada a D. João III, a qual seria posteriormente manuseada por Vincenzo Minuziano numa missiva por si dirigida a André Alciato. Esta última seria impressa em Roma 1531 sob o título *Impresa del gran turco per mare et per terra contra Portughesi, quali signoreggiano gran parte de Lindia et sacicciano al sepolchro de Mahometto*. O processo de transmutação dos discursos não terminou contudo aqui. A pedido de Conrado Goclênio, André de Resende teria traduzido para latim o opúsculo de Minuziano, o qual seria finalmente impresso no ano de 1531 em Louvaina, inscrevendo-se na disputa humanista europeia relativamente à legitimação da luta contra os turcos, das causas justificativas da Guerra ou da Paz²⁷.

Mas voltemos a Diu, sobre a qual o próprio Damião de Góis descreveria o primeiro cerco. Esta obra intitular-se-ia *Bello Cambaico rerum gestarum in India cita Gangem a Lusitanis anno 1538*, e seria publicada em 1539, e traduzida em diversas linguas nacionais como italiano, alemão, ou francês. Ora, olhemos um pouco com mais atenção esta questão de Diu, e a razão da necessidade mais ou menos constante do aparecimento de escritos que revelem a posse, ou melhor, as sucessivas estratégias conducentes à obtenção deste domínio.

A praça de Diu representava a defesa de um ponto estratégico da península de Guzarate, possibilitando o controle da navegação do mar Vermelho e do Golfo Pérsico. A presença dos portugueses na costa do Malabar e o controle que sobre esta era exercida, devido à quase exclusão de um comércio muçulmano fora dos auspícios da coroa portuguesa, fortalecia ainda mais a importância de Diu: a sua posse representava o domínio de Cambaia e garantia a manutenção do comércio quase exclusivamente muçulmano com Malaca.

O facto de Malaca passar para o controle português em 1511, vai cercear cada vez mais as portas de saída dos mercadores árabes. Assim, reforçar a presença muçulmana nas praças estratégicas de Cambaia, significava a manutenção deste comércio fora do controle português. Deste modo, se enquadra a publicitação da tomada de Malaca junto das coroas europeias e a curiosidade relativamente a algumas praças como aquela sobre a qual agora nos detemos, Diu.

Como é conhecido, desde cedo que tentamos tomar Diu e assim fechar uma das portas muçulmanas de comércio; recorde-se a tentativa de D. Francisco de

Almeida. No entanto, só em 1535, e devido às dificuldades sentidas pelo sultão Badur, o qual, em troca do auxílio português, concederia aos portugueses a autorização para que aí se construísse uma fortaleza. As peripécias que rodearam este facto são por demais conhecidas, a morte do sultão em 1537 às mãos de marinheiros portugueses, quando se dirigia ao encontro do galeão do governador Nuno da Cunha, acontecimento que tanta polémica suscitou ao tempo. Contudo, o projecto de domínio português naquele ponto estratégico de Cambaia foi finalmente concretizado.

À morte de Bahadur Shah seguiu-se um mais ou menos longo período de sucessivas e mútuas retaliações que culminariam em 1538. Esta é a data da primeira investida turco-guzarate, a qual é rechaçada pelos portugueses, comandados pelo capitão António da Silveira. Oito anos depois, já sob o governo de D. João de Castro, que auxiliou com uma esquadra o sitiado capitão da fortaleza D. João de Mascarenhas, viveu Diu a segunda investida muçulmana (turco-guzarate), sendo a vitória portuguesa amplamente celebrada. Tal representou a consolidação do nosso domínio na península do Indústão, e um feito de armas notável, devido ao notório e desvantagoso desequilíbrio de forças, já que o contingente sitiante era muito superior aos portugueses. A vitória foi descrita por Diogo de Teive no seu *Commentarius de rebus a Lusitanis in India apud Diu Gestis* que viria a lume em Coimbra, no ano de 1548, e celebrada ainda em verso num poema epopeico de 21 cantos escrito por D. Jerónimo Corte-Real, intitulado *Sucesso do Segundo cerco de Diu : estando D. João de Mascarenhas por Capitão da fortaleza no ano de 1546* (Lisboa, 1574).

Ora, a importância das narrativas que se debruçariam sobre os acontecimentos passados ou presentes da História de Portugal, utilizando a terminologia escolhida por Jorge Borges de Macedo, é verdadeiramente impressionante, nomeadamente as obras que são impressas no estrangeiro.

Relatos de autores portugueses impressos em tipografias estrangeiras¹

Decénios	Obras portuguesas impressas no estrangeiro Total	Relatos sobre a actualidade	Percentagem	Obras em Latim	Obras em Português	Obras noutras línguas
1501-1510	38	22	60%	14	—	8
1511-1520	61	33	54%	16	—	17
1521-1530	29	6	21%	2	—	4
1531-1540	68	33	49%	30	1	2
1541-1550	78	20	26%	9	—	11
TOTAL	274	114	53%	71	1	42

¹ valores apurados por Jorge Borges de Macedo, Cf. n. 27

Segundo os dados apurados por este historiador, podemos concluir que seria na segunda (1511-1520 - 61 obras); quarta (1531-1540 - 68 obras); e quinta (1541-1550 - 78 obras) décadas do século XVI que se publicariam um maior número de obras, escritas não só, em latim respectivamente; 16-30-9, mas também em várias línguas nacionais; 17-2-II. Isto, apesar de logo no início do século nos depararmos com 14 narrativas redigidas em latim e 8 noutros idiomas. Segundo o mesmo estudo, radicariam em França e Itália o maior número de tipografias onde se imprimiriam as narrativas sobre os feitos levados a cabo sobre os portugueses²⁸.

Localização das tipografias que imprimiram os relatos de actualidade portugueses*

Países	Períodos de 5 anos										Total
	1501 1505	1506 1510	1511 1515	1516 1520	1521 1525	1526 1530	1531 1535	1536 1540	1541 1545	1546 1550	
França	2	5	4	15	7	4	8	6	21	12	84
Itália	7	11	10	5	7	2	8	3	6	12	71
Espanha	2	2	8	6	1	4	1	5	2	2	33
Flandres	—	—	—	—	1	1	7	11	6	6	32
Cidades Alemãs	—	8	9	—	1	1	3	4	2	1	29
Cidades Suíças	—	1	—	—	—	—	4	2	3	1	11
Inglaterra	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	1
Duvidosos	—	1	4	—	—	—	3	2	—	—	10
Total	11	28	35	26	17	12	35	33	40	34	271

* valores apurados por Jorge Borges de Macedo. Cf. n. 27

Esta difusão de textos versando a história portuguesa coeva, é organizada, seja através da impressão de espécimes bibliográficos autónomos, seja através da inclusão de várias obras, sùmulas, ou partes das mesmas em miscelâneas, que pretendem transmitir os momentos significativos do processo de conquista, efectivação e manutenção do domínio português face a ameaças que se radicariam não só localmente mas que ameaçariam também alguns estados europeus, recordemos a ameaça sempre constante do império otomano. As crónicas da Expansão - reportamo-nos à *História do Descobrimento e Conquista do Oriente pelos Portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda e à *Ásia João de Barros*, não fogem a este mesmo processo de divulgação.

A legitimação do poder passaria, pois, como já vimos, pelos processos de reconhecimento externo, nomeadamente no espaço europeu, da amplitude da acção dos portugueses e da imagem do Rei, enquanto elemento decisorio e cabeça da ordem social. Durante todo o século XVI, cruza nos círculos culturais portugueses a discussão em torno da imagem do Príncipe Monarca. *O Cancioneiro Geral*, até pelo facto de ser uma compilação de composições cortesãs, é um campo por excelência em que tais concepções se espelham e radicalizam.

A eterna polémica entre o perfil de D. João II e D. Manuel, encetada logo após a morte do primeiro, vai dividir campos e colocar na ordem do dia questões como a da definição dos atributos do príncipe perfeito - a liberalidade, a prudência, o ser constante, a fé, a caridade, as boas obras, a moderação - que se estruturam ainda segundo uma matriz tardo medieval. A par disto emerge um novo modelo, no qual o acaso e a fortuna jogam um papel igualmente decisorio e construtor da imagem real⁹. Por seu turno, e num mítico processo de síntese combinatoria, a figura de D. João III enlearia os *velhos e novos atributos* e consolidaria a imagem do monarca, do seu poder, do seu império.

Estas são algumas das questões que se vão tecendo quando percorremos o caminho da descoberta dos distintos e possíveis modos de exercício do poder. É certo que partimos da sua interiorização e vivência, procurando o implícito no escrever de um discurso que se compromete a transmitir a História, a ainda presente aos homens que a lêem ou ouvem, aos homens de Quinhentos.

Notas

- ¹ Garcia de Resende, *Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972, p. 336.
- ² Frei António da Beja, *Breve Doutrina de Ensinança dos Príncipes*, p. 113
- ³ *Ibidem*, p. 113.
- ⁴ João de Barros, *Ásia... Primeira Década*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 3. Texto por nós actualizado.
- ⁵ Gaspar Correia, *As Lendas da Índia*, Porto, Lello e Irmão editores, 1975, p. 1.
- ⁶ *Ibidem*.
- ⁷ Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*, Porto, Lello e Irmão – Editores, 1976, pp. LXXI-LXXII.
- ⁸ *Ibidem*, p. LXXII.
- ⁹ Ana Isabel Buescu, *Imagens do Príncipe-Discurso Normativo e Representação (1525-49)* Lisboa, Edições Cosmos, 1996.
- ¹⁰ Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 207.
- ¹¹ *Ibidem*.
- ¹² Cf. Barradas de Carvalho, *O Renascimento Português*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980, p. 35
- ¹³ *Viagens de Luis de Cadamosto e Pedro Sintra*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, p. 83.
- ¹⁴ *Ibidem*.
- ¹⁵ *Ibidem*.
- ¹⁶ *Ibidem*.
- ¹⁷ ANTT, CC, 1ª parte, maço 5, doc. 70. Pub. *Cartas de Afonso de Albuquerque (...)* II, pp. 354-369.
- ¹⁸ António A. Banha de Andrade, *Mundos Novos do Mundo*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1972, pp. 652-653.
- ¹⁹ *Ibidem*, II, p. 653.
- ²⁰ Cf. *Ibidem*, II, p. 661.
- ²¹ Desta missiva encontramos um exemplar na Biblioteca Nacional, Códice, F.G. 7638-flv. 68-69, e Bibiloteca da Ajuda, 50-v-21, fl. 172 v
- ²² Damião de Góis, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1945-1955, III, pp. 215.
- ²³ *Ibidem*.
- ²⁴ *Ibidem*, p.216.
- ²⁵ ANTT; CC, Parte 2 Maço 266, doc. 60. pub. *Corpo Diplomático Portuguez* e António Alberto Banha de Andrade, *História de um Fidalgo Quinhentista Português – Tristão da Cunha*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1974, p. 213.
- ²⁶ Jacques le Goff, *History and Memory*, New York, Columbia University Press, 1992, p. 154.
- ²⁷ Cf. José V. de Pina Martins, *Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal, Les Deux Regards de Janus*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, II, p. 538.
- ²⁸ Cf. Jorge Borges de Macedo, *Damião de Góis et l'Historiographie Portugaise*, Paris, Centro Cultural Português, 1982, pp. 48-50.
- ²⁹ Cf. *Ibidem*, p. 66.